

I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO, DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

ANALÍTICOS

JUS SCRIPTUMS
INTERNATIONAL JOURNAL OF LAW

a. 18 • v. 7 • dossiê • 2023

- 07 **Ana Flávia Pedroso Silva**
A proteção de refugiados, na perspectiva dos direitos humanos
- 21 **André Soares Oliveira e Mariana Caroline Scholz**
As encruzilhadas do constitucionalismo no Brasil: elementos para uma leitura crítica a partir da constituição política do Império do Brasil de 1824
- 41 **Gabrielle Amanda Novak**
A pandemia do Covid-19 e o tráfico de pessoas: a invisibilidade das populações vulneráveis
- 56 **Maria Fernanda Augustinhak Schumacker Haering Teixeira**
A Corte Interamericana de Direitos Humanos e a violência contra a mulher: o caso Barbosa de Bouza e outros versus Brasil
- 72 **Rodrigo Portão Puzine Gonçalves**
Os imigrantes e a proteção internacional dos direitos humanos: uma análise a partir dos casos de violação envolvendo a Grécia

Jus Scriptum's International Journal of Law

Revista Internacional de Direito do Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ano 17 • Volume 7 • Edição Especial • 2023

Analíticos do I Congresso Luso-Brasileiro de Direito Internacional Público

Periodicidade Trimestral

ISSN 1645-9024

Equipe Editorial

Diretor da Revista – Editor-In-Chief

Cláudio Cardona

Conselho Editorial – Editorial Board

André Brito, Presidente do NELB

Cláudio Cardona, Diretor da JusScriptum

Jordano Paiva, Diretor Científico do NELB

Alysson Bezerra Miranda, Diretor Científico do NELB

Thiago Santos Rocha, Observador Externo

Caio Guimarães Fernandes

Camila Franco Henriques

Leonardo Castro de Bone

Maria Amélia Renó Casanova

Maria Vitória Galvan Momo

Paulo Gustavo Rodrigues

Samara Machado Sucar

Suelen Augusta da Cunha

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

André Saddy, Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (BRA)

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Edvaldo Brito, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (BRA)

Fernanda Martins, Universidade do Vale do Itajaí (BRA)

Francisco Rezek, Francisco Rezek Sociedade de Advogados (BRA)

Janaina Matida, Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado (CHI)

Lilian Márcia Balmant Emerique, Faculdade Nacional de Direito - UFRJ (BRA)

Luciana Costa da Fonseca, Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA (BRA)
Maria Cristina Carmignani, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (BRA)
Maria João Estorninho, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Paula Rosado Pereira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Paula Vaz Freire, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Pedro Romano Martinez, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Rute Saraiva, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)
Sergio Torres Teixeira, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (BRA)
Susana Antas Videira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (POR)

Corpo de Avaliadores – Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo
Camila Franco Henriques
Carla Valério
Caroline Lima Ferraz
César Fiuza
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph
Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira
Leonardo Bruno Pereira de Moraes
Leonardo Castro de Bone
Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Renato Sedano Onofre
Sílvia Gabriel Teixeira
Thais Cirne
Vânia dos Santos Simões

A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O CASO BARBOSA DE SOUZA E OUTROS VERSUS BRASIL

The Inter-American Court of Human Rights and violence against women: the case Barbosa de Souza and others versus Brazil

Maria Fernanda Augustinhak Schumacker Haering Teixeira*

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a recente sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso “Barbosa de Souza e outros versus Brasil”, através da qual foi declarada a responsabilidade internacional do Brasil pelas violações dos direitos às garantias judiciais, à igualdade perante a lei e à proteção judicial no que tange às obrigações de respeito, garantia de direitos sem discriminação e a obrigação de adoção de diligências para prevenir, investigar e sancionar a violência contra a mulher. O “Caso Barbosa de Souza e outros versus Brasil”, julgado em 7 de setembro de 2021 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi submetido à Corte pela Comissão Interamericana, em 11 de julho de 2019, embasado na controvérsia da situação de impunidade pelo falecimento de Márcia Barbosa de Souza, ocorrida em junho de 1998 por Aécio Pereira de Lima, deputado estadual à época dos fatos, em decorrência do impedimento de acesso à justiça por parte dos pais da falecida e a obrigação do Estado brasileiro em investigar o crime e o fazê-lo dentro de um prazo razoável. Através deste caso, foi declarada pela referida Corte a responsabilidade internacional da República Federativa do Brasil pelas violações dos direitos às garantias judiciais, à igualdade perante a lei e à proteção judicial. A metodologia empregada nos estudos e nas pesquisas até então levados a cabo é a crítico-reflexiva, que se opera através da revisão bibliográfica e da análise de caso concreto que se encontra jurisdicionalizado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, cujos resultados podem ser, aqui, enumerados com a demonstração da

* Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Pós-Graduada em Direito Previdenciário e Direito e Processo do Trabalho pela Unibrasil. Bacharel em Direito pelo Unicuritiba. Advogada e Professora Universitária. Associada do Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos – INPPDH. E-mail: mfschumacker@gmail.com / Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3410375654168739> / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9882-6203>..

importância do papel da referida Corte para o desenvolvimento e a proteção dos direitos humanos no âmbito regional, bem como para fins de reparação de danos em decorrência de violação dos direitos humanos por parte dos Estados-partes da Convenção Americana.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos – Brasil – Feminicídio.

Abstract: This research has the general objective of analysing the recent sentence handed down by the Inter-American Court of Human Rights in the case “Barbosa de Souza et al. versus Brazil, through which Brazil's international responsibility was declared for the violation of the rights to judicial guarantees, equality before justice, the law and judicial protection with regard to the obligations of respect, guarantee of rights without discrimination and the obligation to adopt diligence to prevent, investigate and sanction violence against women. The “Barbosa de Souza et al. versus Brazil” case, judged on September 7, 2021 by the Inter-American Court of Human Rights, was submitted to the Court by the Inter-American Commission on July 11, 2019, based on the controversy over the situation of impunity for the death of Márcia Barbosa de Souza, which took place in June 1998 by Aécio Pereira de Lima, state deputy at the time of the events, as a result of the impediment of access to justice by the parents of the deceased and the obligation of the Brazilian State to investigate the crime and do so within a reasonable time. Through this case, the aforementioned Court declared the international responsibility of the Federative Republic of Brazil for violations of the rights to judicial guarantees, equality before the law and judicial protection. The methodology used in the studies and research carried out so far is critical-reflexive, which operates through a bibliographic review and analysis of a specific case that is jurisdictionalized before the Inter-American Court of Human Rights, whose results can be, here, enumerated with the demonstration of the importance of the role of the aforementioned Court for the development and protection of human rights at the regional level, as well as for the purpose of repairing damages resulting from the violation of human rights by the States Parties to the American Convention.

Keywords: Inter-American Court of Human Rights – Brazil – Femicide.

Sumário: 1. Introdução; 2. Os direitos humanos e o seu processo de internacionalização; 3. O sistema interamericano de proteção de direitos humanos; 4. A Corte Interamericana de Direitos Humanos e a violência contra a mulher: o caso Barbosa de Souza e outros versus Brasil; 5. Conclusão; 6. Referências.

1. Introdução

A criação de um sistema normativo internacional de proteção dos Direitos Humanos decorreu da necessidade de uma atuação internacional mais eficaz e a possibilidade de responsabilizar determinado Estado – no plano internacional – quando ele se mostra falho ou omissos na missão de proteção destes direitos.

Em complementação ao sistema internacional, surgiram os sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos, à exemplo do Sistema Interamericano e a sua Corte de Justiça – objeto de análise no presente artigo.

Referido sistema se revela de grande importância para a efetiva implementação e efetivação dos Direitos Humanos no âmbito do continente americano, haja vista que ele acompanha as condutas dos Estados-partes através da sua Comissão e julga os casos de Direitos Humanos através da sua Corte – como no caso “Barbosa e outros versus Brasil” – por ela julgado em 7 de setembro de 2021.

2. Os direitos humanos e o seu processo de internacionalização

Os primeiros passos do processo de internacionalização dos Direitos Humanos tiveram início na metade do século XIX e seu fim com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Ao analisar o presente tema, Comparato discorre que a primeira fase de internacionalização dos Direitos Humanos

manifesta-se, basicamente, “em três setores: o direito humanitário, a luta contra a escravidão e a regulação dos direitos do trabalhador assalariado”⁵¹.

O Direito Humanitário, compreendido pelo conjunto das leis e costumes da guerra, tem por objeto a diminuição do sofrimento dos soldados, prisioneiros, enfermos e civis atingidos por um conflito bélico. A Convenção de Genebra de 1864, foi o primeiro instrumento normativo de cunho internacional que versou sobre o socorro aos feridos nos campos de batalha. Referida Convenção deu origem a Comissão Internacional da Cruz Vermelha⁵² (1880), reconhecida mundialmente. Através do Direito Humanitário, os Estados precisaram compreender que as suas autonomias e liberdades não eram ilimitadas, mas sim limitadas, inclusive nas hipóteses de conflito armado⁵³.

Com o passar dos anos, o texto original da Convenção de Genebra de 1864 precisou ser revisto e ampliado, dando origem a outras três convenções: a Segunda Convenção de Genebra (1906), a Terceira Convenção de Genebra (1929) e a Quarta Convenção de Genebra (1949). Logo, podemos dizer que o termo “Convenção de Genebra” é usualmente utilizado para se referir ao conjunto de convenções realizadas entre 1864 e 1949 e cujo tema versa sobre os direitos e deveres dos Estados soberanos em tempos de guerra.

⁵¹ FÁBIO KONDER COMPARATO, *A afirmação histórica dos direitos humanos*, 12.^a ed., São Paulo, Saraiva, 2018, p. 64.

⁵² Comitê Internacional da Cruz Vermelha, *Convenções de Genebra*, disponível em <https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito/tratados-e-direito-consuetudinario/convencoes-de-genebra>, acesso em 10/12/2021.

⁵³ FLÁVIA PIOVESAN, *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*, 18.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018, p. 204.

A luta contra a escravidão foi outro setor dos Direitos Humanos que ganhou destaque no âmbito internacional, através do Ato Geral da Conferência de Bruxelas, de 1890, também conhecido por Convenção Relativa ao Comércio de Escravos e Importação para a África de Armas de Fogo, Munições e Bebidas Espirituosas. Referido Ato decorreu da Conferência Antiescravista de Bruxelas (1889-1890) e, apesar de sua pouca efetividade, estabeleceu as primeiras normas interestatais contra o tráfico de escravos, regulou o comércio de armas e de bebidas alcoólicas na África e versou sobre o regime aduaneiro na Bacia do Congo.

A proteção internacional do trabalhador também ganhou destaque a partir da criação da Organização Internacional do Trabalho, em 1919. Com pouco mais de 20 anos de existência, a Organização Internacional do Trabalho⁵⁴, em 1939, já havia aprovado mais de sessenta e sete convenções internacionais, as quais, versam sobre o emprego das mulheres antes e depois do parto, trabalho noturno das mulheres, idade mínima de admissão nos trabalhos industriais, igualdade de tratamento, férias remuneradas, proteção do salário, trabalhadores migrantes, normas mínimas da seguridade social, abolição do trabalho forçado, entre outros assuntos. Sobre isso, Piovesan discorre:

Ao lado do Direito Humanitário e da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Office*, agora denominada *International Labour Organization*) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos. Criada após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho tinha por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Sessenta anos após a sua criação, a Organização já contava

⁵⁴ Organização Internacional do Trabalho, *Convenções*, disponível em <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/lang--pt/index.htm>, acesso em 10/12/2021.

com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, às quais Estados-partes passavam a aderir, comprometendo-se a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho⁵⁵.

Através destes três momentos marcantes para a história da humanidade, é possível observar que a forma como cada Estado tratava os seus nacionais mudou, pois antes o que parecia se tratar de um problema de âmbito interno de cada Estado soberano, passou a ser visto também como matéria de jurisdição internacional afeta aos Direitos Humanos.

Não obstante, foi após a Segunda Guerra Mundial que a internacionalização dos Direitos Humanos efetivamente se mostrou para o mundo, como uma resposta às atrocidades cometidas pela ideologia política do nazismo. Temos o Estado da Alemanha Nazista como o maior violador de Direitos Humanos, haja vista que ele resultou no extermínio de onze milhões de pessoas que não se encaixavam no seu ideal racial – a raça pura ariana.

E é a partir desse contexto que se buscou o esforço internacional para a reconstrução dos Direitos Humanos, os quais passariam a servir como referência para a ordem internacional contemporânea, pois “se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra deveria significar sua reconstrução”⁵⁶. Sobre a reconstrução dos Direitos Humanos, Piovesan pontua:

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a

⁵⁵ FLÁVIA PIOVESAN, *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*, 18.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018, p. 205.

⁵⁶ FLÁVIA PIOVESAN, *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*, 18.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018, p. 210.

reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica razoável. A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como fonte de direito. Diante dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral. Nesse cenário, o maior direito passa a ser, adotando a terminologia de Hannah Arendt, o direito a ter direitos, ou seja, o direito a ser sujeito de direitos⁵⁷.

Assim, é possível verificar que o processo de internacionalização dos Direitos Humanos foi impulsionado pela necessidade de uma ação internacional mais eficaz, a qual acarretou a criação do sistema normativo internacional de proteção dos Direitos Humanos e que tornou possível, por sua vez, o ato de responsabilizar determinado Estado no plano internacional quando o mesmo se mostra falho ou omissor na missão de proteção destes direitos.

3. O sistema interamericano de proteção de direitos humanos

Para que possamos melhor compreender o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, é preciso que entendamos, primeiramente, o seu contexto histórico e as peculiaridades deste território geográfico, que tem por característica alto grau de desigualdade e exclusão social, além do fato de possuir jovens democracias. Por tudo isso, podemos dizer que a instituição do sistema Interamericano é marcada por dois momentos: os regimes ditatoriais e a transição política para a democracia, nos anos 80, na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Brasil.

⁵⁷ FLÁVIA PIOVESAN, *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*, 18.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018, p. 210.

Com os períodos ditatoriais que acometem os Estados da região latino-americana, tivemos a violação de inúmeros direitos e liberdades, dentre os quais podemos destacar as execuções, os desaparecimentos, as torturas, as prisões ilegais e arbitrárias, as perseguições político-ideológicas, a abolição das liberdades de expressão, reunião e associação. Flávia Piovesan destaca as lições de Guillermo O'Donnell, que diz que:

“É útil conceber o processo de democratização como um processo que implica em duas transições. A primeira é a transição do regime autoritário anterior para a instalação de um Governo democrático. A segunda transição – mais longa e complexa que a primeira – é deste Governo para a consolidação democrática ou, em outras palavras, para a efetiva vigência do regime democrático”. Nesse sentido, sustenta-se que, embora a primeira etapa do processo de democratização já tenha sido alcançada na região – a transição do regime autoritário para a instalação da democracia –, a segunda etapa desse processo, ou seja, a efetiva consolidação do regime democrático ainda está em curso⁵⁸.

Todos estes fatos trouxeram para a região latino-americana os desafios de romper com o antigo regime adotado, a ditadura, e consolidar o novo regime, o democrático, em atenção a todos os Direitos Humanos. Neste sentido, com o objetivo de dar maior ênfase à proteção dos Direitos Humanos no território regional, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em seu início, se utilizou da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem⁵⁹ e a Carta

⁵⁸ FLÁVIA PIOVESAN, *Direitos humanos e justiça internacional*, 9.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018, p. 152.

⁵⁹ OEA, *Carta da Organização dos Estados Americanos*, disponível em https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm, acesso em 10/12/2021.

Internacional Americana de Garantias Sociais, ambas de 1948, as quais serviram de base para a elaboração posterior da Convenção Americana de Direitos Humanos⁶⁰, de 1969 – que estudaremos a seguir –, e que proclama vários direitos inerentes à pessoa humana. Sobre o importante período de formação deste sistema regional, Guerra discorre:

Quanto ao período de formação, este se caracteriza pelo importante papel desenvolvido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Antônio Celso, contribuindo com o debate, assinalou: não se pode deixar de enfatizar a importância da Comissão Interamericana para a proteção e o monitoramento dos direitos humanos nas Américas, principalmente antes da criação da Corte. Órgão quase judicial, autonomia, figurando entre os principais da estrutura da Organização dos Estados Americanos, segundo o artigo 51 dessa Organização, a Comissão Interamericana tem a sua composição e as suas finalidades, funções e competências reguladas por normas específicas da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ela funciona como órgão supervisor das obrigações internacionais dos Estados-partes da Convenção Americana de Direitos Humanos, além de suas funções promocionais e consultivas. É inegável a sua contribuição, ao longo dos anos de sua existência, para tornar efetiva a proteção e a supervisão dos direitos humanos no continente americano. É importante salientar que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos leva em conta, no exercício de suas finalidades, os dispositivos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, nos casos de violação destes por Estados que ratificaram o mencionado instrumento. Em relação às denúncias contra Estados americanos que não ratificaram a Convenção, a Comissão observará o que dispõem a Declaração Americana de Direitos Humanos e a Carta da OEA⁶¹.

⁶⁰ CIDH, *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm, acesso em 10/12/2021.

⁶¹ SIDNEY GUERRA, *Curso de direitos humanos*, 6.ª ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2020, p. 213-214.

Contudo, não obstante a Convenção Americana de Direitos Humanos tenha sido instituída em 1969, ela entrou em vigor quase dez anos depois, ou seja: em 1978. Esse lapso temporal entre a instituição e o início de vigência da Convenção foi necessário para que o Sistema Interamericano pudesse aprimorar as suas atribuições nos termos do que foi instituído pela Convenção. Sobre o período de consolidação deste sistema, Guerra discorre:

A fase de consolidação se deu a partir do início da década de 1980, quando ficou evidenciada a aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos. Essa etapa fica marcada basicamente por dois aspectos principais: a construção jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a adoção de dois protocolos adicionais à Convenção Americana, seguidos pela criação de outros documentos internacionais de proteção, como: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994; a Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, de 1999⁶².

Insta destacarmos que, ao contrário da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem de 1948, a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 instituiu várias obrigações aos Estados que a ratificaram. Importante destacarmos também que o Sistema Interamericano não se baseia apenas na Convenção Americana de Direitos Humanos, mas também na Carta da Organização dos Estados Americanos.

A partir da análise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, podemos dizer que ele é dotado de imensa importância para a efetiva

⁶² SIDNEY GUERRA, *Curso de direitos humanos*, 6.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2020, p. 216.

implementação e efetivação dos Direitos Humanos no âmbito do continente americano, pois além de acompanhar as condutas dos Estados-partes através da sua Comissão, também julga os casos de Direitos Humanos através da sua Corte.

4. A Corte Interamericana de Direitos Humanos e a violência contra a mulher: o caso *Barbosa de Souza e outros versus Brasil*

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é o órgão jurisdicional do Sistema Regional Interamericano de Direitos Humanos. É composta por sete juízes de nacionalidade dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, eleitos a título pessoal pelos Estados-partes da Convenção Americana de Direitos Humanos, para um período de seis anos, sendo possível uma única reeleição. Ela se apresenta como uma instituição independente e autônoma, cujo objetivo é a correta interpretação e aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos e cuja competência é consultiva e contenciosa⁶³.

(...) Na lição de Héctor Fix-Zamudio: “De acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º de seu Estatuto, a Corte Interamericana possui duas atribuições essenciais: a primeira de natureza consultiva, relativa à interpretação das disposições da Convenção Americana, assim como das disposições de tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados Americanos; a segunda, de caráter jurisdicional, referente à solução de controvérsias que se apresentem acerca da interpretação ou aplicação da própria Convenção”. No dizer de Thomas Buergenthal: “A Convenção Americana investe a Corte Interamericana em duas atribuições distintas. Uma envolve o poder de adjudicar disputas relativas à denúncia de que um Estado-parte violou a Convenção. Ao realizar tal atribuição, a Corte exerce a chamada jurisdição contenciosa. A outra

⁶³ OEA, *Corte Interamericana de Direitos Humanos*, disponível em <http://www.oas.org/pt/default.asp>, acesso em 10/12/2021.

atribuição da Corte é a de interpretar a Convenção Americana e determinados tratados de direitos humanos, em procedimentos que não envolvam a adjudicação para fins específicos. Esta é a jurisdição consultiva da Corte Interamericana”⁶⁴.

No plano consultivo de atuação, é possível que qualquer um dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, seja ele parte ou não da Comissão Americana, solicite o parecer da Corte no que tange à interpretação da Convenção ou de qualquer outro documento internacional de cunho protetivo dos Direitos Humanos e que seja aplicável aos Estados americanos. É possível que a Corte opine sobre a coexistência de normas internas face aos instrumentos internacionais, realizando, então, o controle de convencionalidade das leis. No plano contencioso, a competência da Corte para o julgamento dos casos é limitada aos Estados-partes da Convenção Americana, que reconhecem expressamente a jurisdição da Corte, nos termos do artigo 62 da Convenção. Sobre essa questão, Piovesan discorre:

Compartilha-se da visão de Cançado Trindade, segundo o qual este dispositivo constitui um anacronismo histórico, que deve ser superado a fim de que se consagre o “automatismo da jurisdição obrigatória da Corte para todos os estados partes da Convenção”. Isto é, todo Estado parte da Convenção passaria a reconhecer como obrigatória, de pleno direito e sem convenção especial, integralmente e sem restrição alguma, a competência da Corte em todos os casos relativos à interpretação e aplicação da Convenção. Ainda nas lições de Cançado Trindade: “Sob as cláusulas da jurisdição obrigatória e do direito de petição individual se ergue todo o mecanismo da salvaguarda internacional do ser humano, razão pela qual

⁶⁴ FLÁVIA PIOVESAN, *Direitos humanos e justiça internacional*, 9.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018, p. 165.

me permito designá-las verdadeiras cláusulas pétreas de proteção internacional dos direitos da pessoa humana”⁶⁵.

Diferente da Corte Europeia, apenas a Comissão Interamericana e os Estados-partes podem submeter casos para apreciação da Corte Interamericana, sendo vedada a submissão de casos por parte dos indivíduos, nos termos do artigo 61 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Não obstante, após a revisão das regras de procedimento, realizada em 2001, como forma mais efetiva de assegurar a representação das vítimas, a Corte possibilitou que os parentes das vítimas e representantes das ONGs apresentem seus argumentos e provas de forma autônoma perante a Corte naqueles casos em que a Comissão Interamericana os submeter à Corte.

As decisões proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos são vinculantes e obrigatórias, restando aos Estados o seu imediato cumprimento. Referidas decisões são inapeláveis, definitivas e não estão sujeitas a precatórios. Havendo a fixação de compensação à vítima, a decisão equivalerá a um título executivo a ser cumprido no âmbito interno do Estado condenado.

Porém, para que isso tudo seja possível, é necessário que o Estado reconheça a jurisdição da Corte, haja vista que ela é apresentada como cláusula facultativa. Dos 35 Estados-membros das da Organização dos Estados Americanos, apenas 20 deles reconheceram a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, são eles: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile,

⁶⁵ FLÁVIA PIOVESAN, *Direitos humanos e justiça internacional*, 9.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018, p. 169-170.

Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai.

O papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde a sua instituição, se revela de extrema importância para o desenvolvimento e a proteção dos Direitos Humanos no âmbito regional, especialmente no período de transição dos regimes ditatoriais e para o fortalecimento das jovens democracias localizadas na América. Antes da existência da Corte, eram ínfimas as chances de se obter a reparação de danos em decorrência de violação dos Direitos Humanos por parte das Cortes dos respectivos Estados.

O “Caso Barbosa de Souza e outros *versus* Brasil”⁶⁶, julgado em 7 de setembro de 2021 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi submetido à Corte pela Comissão Interamericana, em 11 de julho de 2019, embasado na controvérsia da situação de impunidade pelo falecimento de Márcia Barbosa de Souza, ocorrida em junho de 1998 por Aécio Pereira de Lima, deputado estadual à época dos fatos, em decorrência do impedimento de acesso à justiça por parte dos pais da falecida e a obrigação do Estado brasileiro em investigar o crime e o fazê-lo dentro de um prazo razoável.

Antes de ser submetido à Corte, a Comissão apurou que a imunidade parlamentar de Aécio Pereira de Lima culminou em um atraso no processo penal de caráter discriminatório; os nove anos que resultaram no tempo de duração da investigação e do processo penal pelo falecimento de Márcia violaram a garantia

⁶⁶ Citação da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Barbosa de Souza e outros v. Brasil, de 07 de setembro de 2021, disponível em https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf, acesso em 10/10/2021.

de prazo razoável e denegaram o acesso à justiça; não houve o saneamento das deficiências probatórias e o esgotamento de investigação; a violação da integridade psíquica dos familiares de Márcia, em decorrência dos atos de violência e negligência por parte das investigações e do processo penal.

Em seu julgamento, a Corte considerou que o homicídio de Márcia foi cometido por razões de gênero, agravada pela assimetria econômica entre os envolvidos, o poder político de Aécio e o estado no qual o corpo da vítima foi encontrado. Através da sentença proferida pela Corte, houve a análise do contexto de violência contra a mulher, a qual permanece sendo um problema estrutural e generalizado no Brasil. Somado a este contexto, há também a cultura de tolerância à violência contra a mulher e a associação aos altos índices de feminicídio. Além disso, soma-se o fato de que Márcia era uma estudante afrodescendente de vinte anos de idade, nordestina e residente no interior do Estado da Paraíba, cuja família possuía baixos recursos financeiros.

Através deste caso, foi declarada pela referida Corte a responsabilidade internacional da República Federativa do Brasil pelas violações dos direitos às garantias judiciais, à igualdade perante a lei e à proteção judicial. Em sua sentença, a Corte estabeleceu que a referida decisão, por si só, já constitui uma forma de reparação, como também determinou medidas de reparação integral a serem cumpridas pelo Brasil, dentre as quais destaca-se a indenização compensatória à família da vítima.

5. Conclusão

Diante das ponderações a respeito do processo de internacionalização dos Direitos Humanos, a criação de um sistema regional voltado à sua proteção e a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos é possível concluir pela importância do supramencionado sistema regional para a ampliação e fortalecimento dos Direitos Humanos, em especial pela possibilidade de sujeição dos Estados-partes da Convenção Americana que reconhecem expressamente a jurisdição da Corte.

Ademais, através da atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos no julgamento do caso “Caso Barbosa de Sousa e outros *versus* Brasil”, cujo núcleo central do processo é o feminicídio, verifica-se a preocupação da Corte com o referido tipo penal e com a forma com a qual a violência contra a mulher encontra-se enrustida na sociedade como um todo, em especial no Brasil, ao qual caberá a elaboração e implementação de um sistema nacional e centralizado de dados de violência e de mortes violentas contra as mulheres, além das medidas de reparação à vítima e sua família, determinadas na recente sentença proferida pela Corte no caso aqui analisado.

6. Referências bibliográficas

CIDH, Convenção Americana sobre Direitos Humanos, disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm, acesso em 10/12/2021.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Convenções de Genebra, disponível em: <https://www.icrc.org/pt/guerra-e-o-direito/tratados-e-direito-consuetudinario/convencoes-de-genebra>, acesso em 10/12/2021.

COMPARATO, Fábio Konder, A afirmação histórica dos direitos humanos, 12.^a ed., São Paulo, Saraiva, 2018.

GUERRA, Sidney, Curso de direitos humanos, 6.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2020.

OEA, Carta da Organização dos Estados Americanos, disponível em https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm acesso em 10/12/2021.

OEA, Corte Interamericana de Direitos Humanos, disponível em <http://www.oas.org/pt/default.asp>, acesso em 10/12/2021.

Organização Internacional do Trabalho, Convenções, disponível em <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/lang--pt/index.htm>, acesso em 10/12/2021.

PIOVESAN, Flávia, Direitos humanos e justiça internacional, 9.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018.

PIOVESAN, Flávia, Direitos humanos e o direito constitucional internacional, 18.^a ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2018.